



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CONGRAD - Conselho Setorial de Graduação

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF), REALIZADA NO DIA 28 (VINTE E OITO) DE MARÇO DE 2023 (DOIS MIL E VINTE E TRÊS), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS, NO AUDITÓRIO DA REITORIA, NO CAMPUS JUIZ DE FORA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 14 (quatorze) horas, no Auditório da Reitoria, no Campus Juiz de Fora, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Setorial de Graduação, regimentalmente convocado, sob a presidência do Senhor Pró-Reitor de Graduação, Professor Cassiano Caon Amorim, com a presença da Pró-Reitora adjunta de Graduação, professora Beatriz Francisco Farah, e dos(as) seguintes participantes: Albert Carlo Rodrigues Mendes, Alexandre Haruiti Anzai, Alinne Nogueira Silva Coppus, Angelino Fernandes Silva, Anne Bastos Martins Rosa, Aripuana Sakurada Aranha Watanabe, Bárbara Emyle Camargo Ferreira, Carla Conceição Lana Fraga, Carla Couto de Paula Silvério, Carlos Raimundo Andrade Lima, Cássia de Castro Martins Ferreira, Cassia Viviani Silva Santiago, Célia da Graça Arribas, Celly Mieko Shinohara Izumi, Cesar Augusto Lopes Maciel, Charlene Martins Miotti, Christian Hugo Pelegrini, Clarice Breviglieri Porto, Daniela da Silva Vieira, Denise da Silva Menezes do Nascimento, Diogo Simões Fonseca, Eduardo Ferreira da Silva, Elisa Rodrigues, Érika Andrade e Silva, Estefanie Ianna Lima Rodrigues, Felipe José Alves Santos, Fernanda Irene Bombonato, Fernando Vago Santana, Geruza Cristina Meirelles Volpe, Giselle Moraes Moreira, Gleiph Ghiotto Lima de Menezes, Hitamar Souza Ramos, Hyago Pinto Rodrigues Melo, Iluska Maria da Silva Coutinho, Ivan Bilheiro Dias Silva, Joana Darc Antonia Santos da Cruz, Karine Andrade Oliveira Zanini, Kennedy Martins Pedroso, Lara Polisseni Rocha, Leonardo Rocha Olivi, Leonardo Vieira dos Santos Reis, Letícia de Alencar Bertagna, Luana Roberta Oliveira de Medeiros Pereira, Lucas Santiago Pontes da Silva, Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Lyon Vitor Borcard de Oliveira, Magda Narciso Leite, Marcelo Caniato Renhe, Marcos Lucas Henriques Garcia Pires, Maria Edna Fernandes, Maurício de Souza Costa Junior, Paula Roberta Gabbai Armelin, Rafael Moraes de Souza, Ricardo Ferreira Lopes, Rodrigo Mageste de Souza, Ruy Freitas Reis, Sheila Cristina Potente Dutra Luquetti, Silvia Resende Xavier, Tarcísio Jorge Santos Pinto, Thaissa Carolina Veras Oliveira, Theresa Christina Barbosa de Medeiros, Wilson de Souza Melo. Participaram via webconferência os(as) seguintes Conselheiros(as) do Campus Governador Valadares (GV): Alcielis de Paula Neto, André Luiz Souza Gomes, Cleverton Corrêa Rabelo, Érica Cesário Defilipo, Fernando Eustáquio de Matos Junior, João Paulo de Oliveira Louzano, Karolayne Duarte Silva, Marcus Vinicius da Silva, Murilo Ramalho Procopio, Nayara Peneda Tozei, Priscila Lima Sequetto. Justificaram ausência: Cristiane de Andrade Mendes, Mônica de Lourdes de Araujo Silva, Paulo Victor Cota de Oliveira, Teresa Cristina da Costa Neves. Registra-se, ainda, a presença do Coordenador de Políticas de Currículos e Ensino de Graduação, Thiago Cesar Nascimento, e da Gerente de Graduação do Campus Governador Valadares, Angélica Cotta Lobo Leite Carneiro. **Ordem do dia: Minuta de Resolução sobre mudança no Programa de Ingresso Seletivo Misto da UFJF (PISM).** O Senhor Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião, solicitando a autorização da plenária para a participação dos seguintes membros do grupo de trabalho instituído para elaborar a proposta de reformulação do PISM: Andreia Rezende Garcia Reis, Katiúscia Cristina Antunes Vargas, Marcel de Toledo

Vieira, Margareth Conceição Reis. Após aprovação por unanimidade, o Senhor Presidente apresentou um breve histórico sobre a proposta, pois verificou que muitos dos presentes não estavam na reunião anterior, na qual a pauta começou a ser discutida. Explicou que o tema da mudança no PISM já se coloca há bastante tempo na Instituição, mencionou as críticas recebidas sobre o modelo criado há mais de duas décadas e sobre as alterações no quantitativo de vagas no final de 2016, com aplicação da legislação de reserva de vagas para pessoas com deficiência. Citou a mudança no percentual de vagas para ingresso originário, que havia passado de setenta por cento para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e trinta por cento para o PISM, para cinquenta por cento para cada. Disse que o Conselho Superior (Consu) havia criado uma comissão para fazer a análise da manutenção do PISM e da forma de ingresso, tendo concluído os trabalhos em 2019, com a indicação de mudança no programa; disse não ter sido possível, porém, trazer as alterações anteriormente, por conta da pandemia e da necessidade de organização da Universidade na retomada presencial. Mencionou, ainda, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF (PDI 2022-2027), o qual define como ação a revisão do PISM. Esclareceu que a minuta havia sido encaminhada para reunião deste Conselho há quinze dias, após o término do trabalho da comissão, e que a aprovação seria importante neste momento, para que fosse implementada ainda no ano de 2023, sem grandes impactos na organização das escolas, uma vez que o programa a ser avaliado já havia sido divulgado em outubro do ano passado, então não estariam alterando o programa, mas, sim, o desenho do PISM. Passou a palavra à Coordenadora da Copese, Katiuscia Vargas, que expôs os motivos do encaminhamento da minuta em pauta. A coordenadora explicou que a comissão estava trabalhando desde o segundo semestre de 2022, analisando historicamente o PISM e especificamente a prova. Disse que o conjunto de conteúdos usados no PISM há muito tempo não vinha sendo atualizado, distanciando-se daquilo que as escolas efetivamente praticam no Ensino Médio. Prosseguiu, explicando que a comissão trabalhou com base nesses documentos, considerando a autonomia da universidade e as especificidades de cada área, tendo desde outubro de 2022 um programa construído dentro daquilo que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) estabelece como as grandes áreas do conhecimento, mas mantendo as especificidades das disciplinas. Disse que o passo seguinte havia sido justamente pensar o formato da prova e, para isso, a comissão considerou as seguintes frentes: 1- técnica, pensando a metodologia de elaboração das provas, até que ponto ela tem respondido de forma adequada a seleção de candidatos que chegam na Universidade; 2- pedagógica, sobre a aproximação de seu programa com o currículo do ensino médio, pensando sobre até que ponto a elaboração dos itens que compõem a prova de fato promove o diálogo entre as disciplinas que compõem uma mesma área de conhecimento; 3- orçamentária, relacionada ao planejamento, aos custos do PISM para a Instituição. Em seguida, apresentou o gráfico de desempenho dos candidatos nas questões abertas e fechadas, explicando que, do ponto de vista pedagógico, a resposta do estudante não demonstrava efetivamente a competência mais completa que se pretende analisar em uma resposta aberta. Disse, ainda, que a comissão havia pensado em um movimento de profissionalização desse processo seletivo, em relação à técnica aplicada à avaliação. Ressaltou que a mudança do PISM que foi proposta pela comissão não estava alinhada a nenhum tipo de mudança que envolvesse a reforma do Ensino Médio, mas, sim, a um modelo de prova que, independentemente da maneira como o Ensino Médio seja formatado no país, esteja baseado nos conteúdos e habilidades que estão postos na BNCC, garantindo a permanência das disciplinas dentro de cada área. A Coordenadora da Copese concluiu sua fala, passando a palavra ao professor Marcel Vieira, membro da comissão de análise do PISM, que explicou os gráficos apresentados em tela. A Coordenadora da Copese complementou, dizendo ser preciso se preocupar com a responsabilidade institucional da manutenção e das possibilidades de manutenção do PISM, do ponto de vista técnico, pedagógico e orçamentário, e entender o quanto esse processo seletivo é importante para a Instituição; ressaltou a necessidade de se discutir a proposta e, na medida do possível, aperfeiçoá-la, para tornar esse processo

seletivo mais inclusivo, mais profissionalizado e ter de fato um instrumento de avaliação capaz de selecionar bem os estudantes que chegam aos cursos de graduação da UFJF. O professor Cassiano Amorim destacou que, enquanto presidente do Congrad, estava tranquilo em trazer o tema para debate, por ser uma encomenda da Instituição em seu PDI e um tema extremamente debatido internamente na gestão, sendo uma proposição da Universidade para que este Conselho, que é o de competência, fizesse a discussão. Abriu, então, as inscrições de fala, para o aprofundamento do debate. O Conselheiro Ruy Reis apresentou os seguintes questionamentos e considerações feitos no Conselho de Unidade do Instituto de Ciências Exatas: os motivos de a comissão estar ponderando os custos do PISM para a proposta de diminuição dos dias de prova e o número de questões discursivas; o receio de que o PISM fique mais próximo do formato do Enem e, com isso, não tenha sentido a sua manutenção; diante da proposta de retirada das questões dissertativas dos PISM 1 e 2, se não seria melhor repensar a forma de elaborar as questões dissertativas, para então falar que elas poderiam ser transformadas em objetivas; se a minuta não estaria de forma indireta aceitando o formato do novo Ensino Médio. Em seguida, a Conselheira Giselle Moreira apresentou as seguintes considerações discutidas no âmbito do Colégio de Aplicação João XXIII (CAp): a escola já estaria em um movimento difícil por causa da reforma do Ensino Médio, por isso, considerava inadmissível fazer qualquer mudança no PISM este ano, pois impactaria no programa adotado, trazendo mais desconforto e insegurança para professores e alunos; mesmo considerando satisfatória a ideia de ter um dia só de provas, o total de 80 (oitenta) questões objetivas seria muito ruim, gerando aproveitamento muito baixo dos alunos, por causa do cansaço; a proposta de divisão da prova em 20 (vinte) questões por área da base significaria haver 20 (vinte) questões de matemática, sendo que a área de linguagens seria composta por várias disciplinas, portanto, haveria um peso de um quarto da prova só para matemática, entrando em contradição com a ideia de democratização do PISM; discordância do CAp com a eliminação das questões dissertativas dos módulos 1 e 2, por se afastar da proposta inicial do PISM de ser um processo não só avaliativo, mas também formativo, servindo como referência para um diálogo entre a universidade e a escola básica. Prosseguindo com a sua fala, a professora Giselle Moreira chamou a atenção para duas outras questões trazidas na minuta, dizendo que profissionalizar o PISM não resolveria o problema das bancas, mas, sim, uma ampla discussão interna, um treinamento de como essas bancas devem ser formadas, mas mantendo dentro da UFJF esse compromisso; também disse discordar que o abandono dos módulos 2 e 3 ocorresse por causa da prova do PISM, apresentando os fatores que levariam a isso. Em seguida, o Conselheiro Eduardo da Silva fez referência à reunião do Congrad em que se discutiu o problema da evasão na Universidade, mencionado que um dos itens debatidos havia sido o fato de a imposição da pandemia ter evidenciado um aluno mais despreparado e, agora, nesta reunião, pareceu-lhe que a proposta de suavizar a prova de ingresso iria colaborar com essa precarização do estudo do aluno ingressante que não conseguia se manter na universidade; disse também que nenhuma das falas evidenciou o propósito da Universidade em relação à formação do seu egresso, destacando a falta de habilidade de alguns alunos na escrita e sua discordância com a exclusão das questões discursivas dos módulos 1 e 2 do PISM. Em resposta às manifestações, o Senhor Presidente esclareceu que a discussão sobre a mudança no PISM não havia sido motivada pelos custos, destacando que o programa havia sido mantido mesmo diante dos cortes orçamentários ocorridos nos anos anteriores, portanto, o que estava sendo proposto visava à qualidade de seleção dos estudantes, estando coerente com a formação no Ensino Médio. Disse, ainda, que a proposta não estava alterando o programa, mas o modelo de prova. Explicou que questões discursivas do PISM estavam sendo elaboradas para um espaço de resposta muito curto e a maior parte não era respondida. Fez referência, também, à crítica recebida pela Universidade de que o Ensino Médio da região de Juiz de Fora estava sendo impactado por haver dois modelos de processo seletivo diferentes, um do Enem e outro do PISM, então, a ideia foi tentar aproximá-los, mas que

continuariam sendo formatos diferentes; ainda assim, disse não se tratar de uma proposta fechada, podendo ser debatida. Destacou que, em seu entendimento, o PISM não deveria mesmo ser indutor de currículo, porque o programa da Universidade está baseado naquilo que se define como Base Nacional Comum Curricular, aliado ao currículo do Estado de Minas Gerais para o Ensino Médio das escolas públicas. Disse também que a comissão pensou sobre o número de questões em relação ao tempo de prova e que esta seria uma proposta inicial, podendo ser discutido e alterado o desenho dessa prova. Esclareceu que a proposta de profissionalização não é de desqualificar o trabalho que tem sido feito no PISM, mas uma questão procedimental, com práticas que poderão melhorar o processo. Com a palavra, a Conselheira Celly Izumi mencionou a parte da minuta referente ao PISM 3, dizendo que a organização das grandes áreas em que os cursos foram divididos não seria a mesma da BNCC, podendo causar impacto no currículo do curso. Em seguida, a Conselheira Elisa Rodrigues se manifestou, fazendo a leitura da nota que o Conselho de Unidade do Instituto de Ciências Humanas havia construído coletivamente solicitando a não aprovação da minuta apresentada nesta reunião do Congrad, com solicitação de ampliação da comissão para discutir a proposta, incluindo representações das humanidades e um calendário de debates em torno do tema. O Conselheiro Cesar Augusto Maciel ressaltou o incômodo sentido pela representação estudantil em relação à necessidade de repensar o PISM sem terem recebido dados anteriormente e que a categoria entendia que o PISM define, sim, currículo, ressaltando a necessidade de terem representantes discentes na comissão de análise do programa. Mencionou também as discussões feitas do DCE com as unidades e ressaltou que há uma defesa da manutenção das provas discursivas nos módulos 1 e 2, pois os estudantes estão chegando na universidade com dificuldades na escrita. Pediu a retirada de pauta, bem como o assento do DCE na comissão para discutir o PISM. O Senhor Presidente respondeu que a comissão já havia pensado uma alternativa para apresentar e voltar à mesma estrutura que atualmente é o PISM 3, sem as questões objetivas. Manifestou seu desconforto, enquanto membro do Congrad há sete anos, em ouvir que a apresentação da minuta neste momento não estaria sendo democrática, pois, inclusive, o regimento interno do Conselho permite que se solicite a retirada de pauta, como estava sendo feito e iriam apreciar, mas disse estar tranquilo, pois nenhuma decisão é tomada na Universidade sem que seja discutida. Com a palavra, a Conselheira Iluska Coutinho disse que o curso de Jornalismo não participa diretamente da organização do PISM, então falaria enquanto cliente do PISM, de quem recebe os alunos que chegam no curso por esse processo; disse concordar que o PISM precisa mudar, mesmo que não seja neste momento, e que o PISM induz a formação no Ensino Médio de Juiz de Fora e região, mesmo que, em sua opinião, não seja o papel desse programa, destacando que a Universidade, enquanto lugar de transformação, precisa trabalhar com os alunos que chegam, para integrar na sociedade egressos bem formados. O Conselheiro Leonardo Reis corroborou com o que já havia sido colocado sobre não haver condições de aprovar a minuta nesta reunião e disse que no Conselho de Unidade de seu curso há membros que participaram da criação do PISM em 1999 e apresentaram várias premissas que precisariam ser resgatadas, avaliadas e, por causa, disso, solicitou a retirada de pauta. A Conselheira Maria Edna Fernandes ressaltou que este Conselho nunca havia discutido a reformulação do PISM anteriormente, dizendo que, no Conselho Superior, o que tem sido pautado sobre o PISM é sua mudança para um formato mais econômico, nunca tendo sido discutidas questões pedagógicas, e citou valores de déficits orçamentários colocados pelo Consu referentes ao PISM. O Senhor Presidente pediu questão de ordem, destacando que esses dados confundem e que a proposta em pauta não era questão de competência do Consu, mas do Congrad. A Conselheira Maria Edna Fernandes concordou, dizendo que, anteriormente, o PISM havia sido pautado no lugar errado, pois havia sido pautado por uma questão orçamentária e, não, pedagógica, portanto, sua questão seria sobre qual motivo da proposta de mudança no PISM neste ano e que entendia não ser também obrigatório cumprir as metas do PDI no ano de 2023,

solicitando, em nome do DCE, a retirada de pauta, visando construir uma comissão a partir do Congrad. O Senhor Presidente disse que, no início da reunião, ele havia feito um histórico de como esta discussão foi sendo pautada no Consu e, com muita tranquilidade, retomava sua fala de que no Consu é, sim, uma discussão econômica, orçamentária, e não via problema que fosse feito dessa forma, porque as questões que cabem àquele Conselho são feitas lá. Disse acolher as propostas trazidas e que explicaria posteriormente o motivo de a gestão ter optado por trazer o debate neste momento. Ressaltou não ser o objetivo da mesa esconder nada deste Conselho, que trabalhavam sob o princípio da transparência, e se sentia bastante incomodado com qualquer tipo de insinuação nesse sentido, pois não era sua função nem sua prática neste Conselho. A Conselheira Luciana de Paula levantou alguns pontos com relação à minuta, dizendo respeitar e entender o trabalho da mesa e da comissão, mas que achava difícil tratar separadamente assuntos correlacionados, porque achava óbvio que questões orçamentárias têm incidências em pautas que vêm para o Congrad; disse concordar com questões de concepção trazidas pelos conselheiros e que tinha acordo com a ampliação da comissão, não apenas em termos técnicos, mas envolvendo conselheiros e representantes das unidades acadêmicas e do DCE; destacou que, considerando o momento atual de luta, de debate político pela revogação do novo Ensino Médio, a discussão sobre o PISM estaria na contramão da história. A Conselheira Geruza Volpe parabenizou e agradeceu a comissão e a gestão por terem aceitado o desafio, mas que discordava da temporalidade da proposta, ressaltando a importância do envolvimento de diferentes sujeitos; disse que o tema foi levado ao Colegiado do Curso de Pedagogia e apresentou os pontos levantados; fez referência ao movimento contra a reforma do Ensino Médio; após a leitura da carta do Colegiado, encaminhou a proposta de que seja feito um arrazoado dos motivos sobre a mudança no PISM e se estabeleça um calendário de discussões. O Conselheiro Felipe Santos corroborou com a solicitação de retirada de pauta e pediu assento para o Sintufefuf na comissão a ser criada, por entender que os servidores Técnico-Administrativos em Educação também precisavam ser ouvidos, bem como para entender como vai ficar essa situação com relação aos servidores envolvidos nessa mudança do PISM; disse que, em seu entendimento, seria um momento de pensar o ensino como um todo, pois os professores que preparam os alunos para o PISM muitas vezes são egressos da Universidade. A Conselheira Giselle Moreira destacou que os pontos colocados por ela anteriormente tiveram objetivo de questionar o método e, não, a transparência, desse modo, encaminhou o que foi votado pela Congregação do Colégio de Aplicação João XXIII, solicitando a retirada de pauta, com abertura de diálogo nas unidades e demais interessados. O Senhor Presidente encaminhou, então, o pedido de retirada de pauta, conforme registro de cinco conselheiros, explicando que a minuta estava sendo colocada neste momento pois vinha sendo debatida pela Universidade e havia interesse dessa gestão que houvesse a discussão este ano. Disse que a mesa estava tranquila de que a proposta não se alinhava à reforma do Ensino Médio, mas entendia existirem outras temporalidades que pudessem estar em conflito com esta. Explicou que a gestão se sentia desconfortável em compor uma nova Comissão para trabalhar a mudança no PISM este ano, em virtude das eleições para a Reitoria, pois a gestão que assumir poderia não concordar com a proposta elaborada. Desse modo, disse que encaminharia a retirada de pauta e, por conseguinte, a não continuidade do trabalho neste momento, mas, após composta uma comissão de transição de gestão, a discussão poderia ser retomada. Colocou em apreciação a retirada de pauta da minuta e a postergação da discussão sobre a mudança no PISM para um momento posterior às eleições de gestão. O Conselheiro Ivan Silva sugeriu pautar em reunião ordinária deste Conselho a criação de uma comissão que discuta se é, ou não, devido o tempo para reformulação do PISM, porque as falas foram alinhadas à necessidade de reformulação. Paralelamente, o Conselheiro Eduardo da Silva propôs que, caso as discussões sobre as mudanças no PISM fossem interrompidas, que pelo menos uma ação não seja, que é a de discutir uma das questões levantadas sobre a forma como as bancas tem trabalhado na elaboração das provas discursivas. O Senhor Presidente esclareceu que,

sobre o regimento da Copese, havia intenção se fazer um debate no Conselho Superior, por ser um tema de competência daquele órgão. Fez, então, os seguintes encaminhamentos: 1- retirada de pauta; 2- criação de uma comissão permanente para fazer a discussão e avaliação do PISM. Reforçou que não era intenção da atual gestão acabar com o PISM, destacando ser um modelo de referência de processo seletivo, tendo sempre se manifestado favorável à sua manutenção. Em votação, a proposta de retirada de pauta foi aprovada por maioria, com 2(dois) votos contrários e 1(uma) abstenção. A proposta de criação de uma comissão permanente também recebeu aprovação por maioria, com 4(quatro) abstenções. Diante da aprovação, o Senhor Presidente disse que a criação da comissão entraria em pauta de reunião ordinária do Congrad, agradecendo aos membros da comissão anterior presentes e a participação de todas e todos. Para constar, lavrei a presente ata, que transcrevo, dato e assino.

Juiz de Fora, 28 de março de 2023.

Cassiano Caon Amorim
Pró-Reitor de Graduação

Beatriz Francisco Farah
Pró-Reitora adjunta de Graduação

Elaine Leite Araujo Silva
Secretária substituta do Conselho Setorial de Graduação

Ata aprovada na reunião do dia 19/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Vilma Lucia Pedro, Servidor(a)**, em 21/09/2023, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Francisco Farah, Pró-Reitor Adjunto**, em 21/09/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Caon Amorim, Pró-Reitor(a)**, em 21/09/2023, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1483575** e o código CRC **8262A788**.